

PREGÃO ELETRÔNICO

90007/2026

CONTRATANTE (UASG)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
(080002)

OBJETO

Contratação de serviços continuados de controle de pragas e vetores urbanos, com desinsetização, desratização, descupinização e remoção de caramujos africanos, em regime de execução indireta, sem exclusividade de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 215.716,39

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 07/07/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor por grupo

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDOME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	11
9. DO TERMO DE CONTRATO	13
10. DOS RECURSOS	14
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	14
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	16
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	17



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

EDITAL

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026
(PROAD n.º 2761/2026)**

Torna-se público que o Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por meio da Coordenadoria de Licitações e Contratos, sediado à Rua Visconde de Porto Alegre, 1265, Bairro: Praça 14 de Janeiro - CEP: 69.020-130, Manaus/AM, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Resolução CNJ nº 497/2023, Resolução CNJ 307/2019 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é contratação de serviços continuados de controle de pragas e vetores urbanos, com desinsetização, desratização, descupinização e remoção de caramujos africanos, em regime de execução indireta, sem exclusividade de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em grupo único, formado por 6 (seis) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Sistema de Compras do Governo Federal CATMAT/CATSER (<https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>) e as especificações constantes neste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7.11 sociedades cooperativas;
- 2.7.12 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.7.13 pessoas físicas.

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1 A assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;



- 4.6.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.6.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.6.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.6.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.6.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.6.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.6.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.12.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.12.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.13.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 4.14. O valor final mínimo na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário e total do item;

5.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação e os licitantes.



- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.
- 6.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.11.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.11.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas



de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015

6.17.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.17.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.2 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.19.3 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2 empresas brasileiras;

6.20.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.



6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.22.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.6 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.4 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e

7.1.5 Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta aos cadastros quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.



7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1 conter vícios insanáveis;

7.5.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.5.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.5.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.7.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.10. O licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

7.13.1 Declaração de Vínculo Empregatício conforme modelo constante do ANEXO I do Edital.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos e deverão ser apresentados para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.



8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. No caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.2.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % (trinta por cento), para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.9.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.10.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a



complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas, no mínimo, para:

- 8.12.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 8.12.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.12.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 8.12.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.10.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 dias (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10 (dez) dias úteis dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

- 9.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.



10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da



Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: comissao.licitacao@trt11.jus.br; ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: Av.



Tefé, 930, Praça 14 de Janeiro, Manaus – AM, CEP: 69.020-130, 1º andar, sala 102, Seção de Licitações, 8:30h até às 15h30 (horário de Brasília)

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo **Pregoeiro**, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. À presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

13.1.1 A anulação do Pregão induz à do contrato.

13.1.2 As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato

13.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://portal.trt11.jus.br/index.php/transparencia/aquisicoes/listar-licitacao>.

13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.12.1 Anexo I - Modelo de Declaração de Vínculo Empregatício;

13.12.2 Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;

13.12.3 Anexo III – Termo de Referência;



13.12.4 Anexo IV – Minuta de Termo de Contrato.

Manaus, 19/06/2026.

THIAGO SOUZA ALVES FONTOURA
Diretor da Coordenadoria de Licitações e Contratos, em substituição



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026
(PROAD n.º 2761/2026)

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Declaramos em atendimento ao solicitado no Edital do **Pregão Eletrônico nº. 90007/2026**, para fins de contratação, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços/fornecimento de materiais com este Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região que não contratamos empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRT da 11ª Região, nos termos da resolução nº. 7/2005 e suas alterações, do Conselho Nacional de Justiça.

Local e Data

Assinatura e carimbo (representante legal)

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026
(PROAD n.º 2761/2026)****ANEXO II****MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

GRUPO	Nº	DESCRIÇÃO	ÁREA TOTAL DOS IMÓVEIS (m²)	CATSER	UNID.	Preço Unitário	Preço total
GRUPO ÚNICO	1	Serviço contínuo de controle de vetores e pragas urbanas, com desinsetização, desratização, descupinização e eliminação de caramujos nas áreas internas e externas de 6 (seis) unidades localizadas em Manaus/AM: prédio da Sede Judiciária, prédio Anexo Administrativo, prédio Anexo I, prédio do Centro de Memória – CEMEJ e Fórum Trabalhista de Manaus.	47.727,74 Aplicação Bimestral (6 aplicações/ano) Área total a ser considerada 6x 47.727,74= 286.366,00m²	3417	M²	R\$ 0,48	R\$ 137.456,49
	2	Serviço contínuo de controle de vetores e pragas urbanas, com desinsetização, desratização, descupinização e eliminação de caramujos nas áreas internas e externas das 2 (duas) unidades localizadas em Boa Vista/RR: prédio do Fórum Trabalhista de Boa Vista e galpão de depósito anexo.	3.206,41 Aplicação Trimestral (4 aplicações/ano) Área total a ser considerada 4x 3.206,41= 12.826,00m²	3417	M²	R\$ 0,40	R\$ 5.130,40
	3	Serviço contínuo de controle de vetores e pragas urbanas, com desinsetização, desratização, descupinização e eliminação de caramujos nas áreas internas e externas das 10 (dez) Varas do Trabalho localizadas nos municípios de Manacapuru/AM, Tefé/AM, Parintins/AM, Tabatinga/AM, Itacoatiara/AM, Humaitá/AM, Eirunepé/AM, Coari/AM, Lábrea/AM e Presidente Figueiredo/AM.	6.987,32 Aplicação Trimestral (4 aplicações/ano) Área total a ser considerada 4x 6.987,32= 27.950,00m²	3417	M²	R\$ 1,29	R\$ 36.054,50
	4	Serviço de desinsetização, com execução sob demanda, nas áreas internas e externas de 2 (duas) unidades localizadas em Manaus/AM: obra de edificação da futura sede do Fórum Trabalhista de Manaus e prédio anexo da Cachoeirinha	29.660,00m²	3417	M²	R\$ 0,53	R\$ 15.719,80
	5	Serviço de desratização, com execução sob demanda, nas áreas internas e externas de 2 (duas) unidades localizadas em Manaus/AM: obra de edificação da futura sede do Fórum Trabalhista de Manaus e prédio anexo da Cachoeirinha	29.660,00m²	3417	M²	R\$ 0,38	R\$ 11.270,80
	6	Serviço de descupinização, com execução sob demanda, nas áreas internas e externas de 2 (duas) unidades localizadas em Manaus/AM: obra de edificação da futura sede do Fórum Trabalhista de Manaus e prédio anexo da Cachoeirinha	29.660,00m²	3417	M²	R\$ 0,34	R\$ 10.084,40
				TOTAL			R\$ 215.716,39

Valor total estimado: R\$ 215.716,39



Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Declaramos que estão incluídos no valor da proposta todos os impostos, tarifas, fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto deste contrato, isentando o TRT 11ª Região de quaisquer ônus por despesas decorrentes.

Representante legal que assinará o contrato:

Nome: _____

R.G. _____ C.P.F _____

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Contato: _____ Telefone: _____

E-mail: _____

Banco: _____

Agência n.º _____ Conta corrente n. _____

Assinatura do Responsável/Nome do Responsável

Observação: Elaborar proposta de acordo com modelo acima.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026
(PROAD n.º 2761/2026)**

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços continuados de controle de pragas e vetores urbanos, com desinsetização, desratização, descupinização e remoção de caramujos africanos, em regime de execução indireta, **sem** exclusividade de mão de obra, em consonância com as condições, quantidades e exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.2. A prestação dos serviços compreenderá o emprego de mão de obra especializada, bem como equipamentos e produtos adequados, sempre em consonância com as condições, quantidades e exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.2.1. Descrições e quantitativos:

GRUPO	Nº	DESCRIÇÃO	ÁREA TOTAL DOS IMÓVEIS (m²)	CATSER	UNID.	QUANT.
GRUPO ÚNICO	1	Serviço contínuo de controle de vetores e pragas urbanas, com desinsetização, desratização, descupinização e eliminação de caramujos nas áreas internas e externas de 6 (seis) unidades localizadas em Manaus/AM: prédio da Sede Judiciária, prédio Anexo Administrativo, prédio Anexo I, prédio do Centro de Memória – CEMEJ e Fórum Trabalhista de Manaus	47.727,74	3417	M²	47.727,74
	2	Serviço contínuo de controle de vetores e pragas urbanas, com desinsetização, desratização, descupinização e eliminação de caramujos nas áreas internas e externas das 2 (duas) unidades localizadas em Boa Vista/RR: prédio do Fórum Trabalhista de Boa Vista e galpão de depósito anexo	3.206,41	3417	M²	3.206,41
	3	Serviço contínuo de controle de vetores e pragas urbanas, com desinsetização, desratização, descupinização e eliminação de caramujos nas áreas internas e externas das 10 (dez) Varas do Trabalho localizadas nos municípios de Manacapuru/AM, Tefé/AM, Parintins/AM, Tabatinga/AM, Itacoatiara/AM, Humaitá/AM, Eirunepé/AM, Coari/AM, Lábrea/AM e Presidente Figueiredo/AM	6.987,32	3417	M²	6.987,32
	4	Serviço de desinsetização, <u>com execução sob demanda</u> , nas áreas internas e externas de 2 (duas) unidades localizadas em Manaus/AM: obra de edificação da futura sede do Fórum Trabalhista de Manaus e prédio anexo da Cachoeirinha	29.660,54	3417	M²	29.660,54

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

5	Serviço de desratização, <u>com execução sob demanda</u> , nas áreas internas e externas de 2 (duas) unidades localizadas em Manaus/AM: obra de edificação da futura sede do Fórum Trabalhista de Manaus e prédio anexo da Cachoeirinha	29.660,54	3417	M²	29.660,54
6	Serviço de descupinização, <u>com execução sob demanda</u> , nas áreas internas e externas de 2 (duas) unidades localizadas em Manaus/AM: obra de edificação da futura sede do Fórum Trabalhista de Manaus e prédio anexo da Cachoeirinha	29.660,54	3417	M²	29.660,54

1.2.2. A adjudicação de todos os seis itens será em **grupo único**.

1.2.3. A unidade de contratação dos itens se dará por **metro quadrado**.

1.3. O contrato reger-se-á pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.4. O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.5. Os serviços objeto do presente Termo de Referência classificam-se como serviços de natureza comum, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Necessidade da contratação:

2.1. A contratação de serviço de controle de pragas e vetores urbanos se faz necessária para garantir a salubridade, segurança e bem-estar dos ambientes sob responsabilidade desta instituição. A presença de pragas urbanas, como baratas, ratos, formigas, mosquitos, cupins e escorpiões, representa sérios riscos à saúde pública, podendo causar a transmissão de doenças, contaminação de alimentos, degradação de materiais e desconforto aos usuários e servidores.

2.2. Ambientes institucionais, tais como escolas, hospitais, unidades administrativas, depósitos, cozinhas e áreas externas, são especialmente vulneráveis à infestação, tornando imprescindível a

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

adoção de medidas preventivas e corretivas de controle.

2.3. A realização periódica de dedetização, desratização, descupinização e controle de vetores é medida de caráter preventivo e corretivo, visando à proteção da saúde dos frequentadores, à preservação do patrimônio público e ao cumprimento das normas da Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde e das legislações ambientais aplicáveis.

2.4. A contratação de empresa especializada, devidamente licenciada pelos órgãos competentes, com uso de produtos autorizados pela ANVISA e aplicação realizada por profissionais capacitados, é imprescindível para assegurar a eficácia do serviço, com mínima interferência nas atividades regulares da instituição e máximo respeito às normas de segurança e ao meio ambiente.

2.5. O contrato atual, de objeto similar, integrante do Processo Administrativo nº 21/2020, terá a vigência expirada em 27/03/2025, não podendo ser prorrogado ordinariamente, em razão do limite estabelecido na Lei 8.666/93, sob a qual foi constituído.

2.6. O serviço apresenta especificação objetiva e padronizada em termos de desempenho e qualidade, com base em parâmetros objetivos e usuais de mercado, dispondo de características consagradas e disponíveis, portanto, tem natureza comum.

Parcelamento e modelo de prestação:

2.7. Considerando as peculiaridades da contratação, a quantidade de contratações similares em todo o território brasileiro e constatar a solidez do mercado, acredita-se que **o parcelamento da solução não é vantajoso para o TRT11**, dentre outros, pelos seguintes motivos:

2.7.1. A perda da economia de escala, dado que as empresas, ao negociar o conjunto dos itens licitados, tendem a reduzir os preços totais, a fim de vencer o certame licitatório, o que resulta em valor global menor, enquanto que a licitação por item poderia retornar preços finais discrepantes, comparativamente ou não, e, portanto, prejudiciais em termos financeiros.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

2.7.2. A licitação da solução como um todo apresenta-se técnica e economicamente viável, pois o histórico brasileiro demonstra a existência de mercado sólido, tendo a administração pública obtido êxito na maioria dos certames com objetos similares, como se pode verificar no Portal de Compras do Governo Federal. Nesse sentido, o contrato vigente constitui exemplo prático em termos de viabilidade técnica e econômica.

2.7.3. Não haverá restrição à competitividade, uma vez que as empresas do mercado que participam dos processos licitatórios dispõem de capacidade para fornecer os itens de forma concomitante.

2.7.4. Ademais, a consecução de um único contrato deverá conferir maior eficiência, eficácia e agilidade à administração dos fatos contratuais, porquanto mais de um contrato teria impacto negativo na carga de tarefas e responsabilidades de gestão, fiscalização, pagamento, etc.

2.10. Em suma, a adjudicação a um único licitante assegura que o mesmo fornecedor execute o conjunto completo de procedimentos, o que evita divergências técnicas entre fornecedores distintos que poderiam comprometer a eficácia do controle sanitário, garantindo a execução integrada de serviços correlatos e proporcionando eficiência operacional, competitividade e conformidade normativa.

Fundamentação legal:

2.11. A contratação deverá obedecer, no que couber, às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, suas alterações e regulamentações, bem como aos demais normativos que a regem, em especial os seguintes:

- a) Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 622, de 9 de março de 2022;
- b) Instrução Normativa SLTI/MPOB nº 01;
- c) NBR 15584-2 da Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- d) Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;
- e) Legislação sanitária e ambiental do estado do Amazonas;

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

f) Legislação sanitária e ambiental do município de Manaus/AM.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução consistirá em:

3.1.1. Prestação continuada de serviços de controle integrado de vetores e pragas e urbanas, incluindo desinsetização, desratização, descupinização e remoção de caramujos africanos, abrangendo as dependências externas e externas dos imóveis relacionados nos itens 1, 2 e 3 da tabela constante do subitem 1.2.1 deste Termo de Referência, empregando mão de obra, equipamentos e produtos adequados em cada processo.

3.1.2. Prestação continuada, **com execução sob demanda**, de serviços de desinsetização, desratização e descupinização, abrangendo as dependências externas e externas dos imóveis relacionados nos itens 4, 5 e 6 da tabela constante do subitem 1.2.1 deste Termo de Referência, empregando mão de obra, equipamentos e produtos adequados em cada processo.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Sustentabilidade:

4.1. O contratado deverá adotar, no que couber, as recomendações dispostas na Resolução CSJT nº 310, de 24 de setembro de 2021, em especial o capítulo 2.4 do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, 3ª ed.

Subcontratação:

4.2. Não será admitida subcontratação do objeto contratual.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

Garantia da contratação

4.3. Por se tratar de serviço de baixa complexidade, não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Vistoria

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao licitante o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 8 horas às 14 horas.

4.5. A vistoria deverá ser solicitada à Seção de Zeladoria (SEZEL) com, no mínimo, 48 (quarenta e quatro) horas de antecedência, por meio dos telefones: 3621-7217 ou pelo endereço eletrônico: sec.zeladoria@trt11.jus.br.

4.5.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu representante legal ou responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, devendo utilizar o modelo constante do Anexo I deste Termo de Referência ou documento que contenha conteúdo similar com os mesmos dados.

4.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir quaisquer ônus decorrentes.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

Requisitos de funcionamento

4.9. Antes da assinatura do contrato, a empresa deverá comprovar dispor dos requisitos de funcionamento estipulados no Capítulo II da Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 622, de 9 de março de 2022:

- a) licenciamento junto às autoridades sanitária e ambiental competentes para prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas (Seção I);
- b) conter responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo possuir registro profissional junto ao respectivo conselho (Seção II).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

Condições de execução

5.1. A execução do objeto deverá iniciar no prazo de 30 (trinta) dias após o início da vigência contratual estabelecido no termo de contrato.

5.2. O controle de pragas e vetores urbanos deverá incluir:

5.2.1. Para os prédios do item 1 da tabela contida no subitem 1.2.1 deste Termo de Referência:

- a) Aplicação de produtos imunizantes com **periodicidade bimestral**, perfazendo o total de 6 (seis) aplicações por ano;
- b) Ações preventivas de monitoramento, com periodicidade minimamente mensal, nos termos do inciso II do art. 3º da Resolução RDC nº 622, de 9 de março de 2022.
- c) Aplicações de reforço, tantas quantas necessárias.

5.2.2. Para os prédios dos itens 2 e 3 da tabela contida subitem 1.2.1 deste Termo de Referência:

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

- a) Aplicação de produtos imunizantes com **periodicidade trimestral**, perfazendo o total de 4 (quatro) aplicações por ano;
- b) Ações preventivas de monitoramento, com periodicidade minimamente mensal, nos termos do inciso II do art. 3º da Resolução RDC nº 622, de 9 de março de 2022.
- c) Aplicações de reforço, tantas quantas necessárias.

5.2.3. Para os prédios dos itens 4, 5 e 6 da tabela contida no subitem 1.2.1 deste Termo de Referência:

- a) Aplicação, sob demanda, de produtos imunizantes, quando determinado pelo gestor do contrato por meio de Ordem de Serviço;
- b) Aplicações de reforço, tantas quantas necessárias, durante o período de garantia.

5.3. O contratado deverá conceder prazo de garantia de 90 (noventa) dias após a conclusão dos serviços, obrigando-se a realizar as intervenções necessárias, a fim de sanar reinfestações.

5.4. A qualquer tempo, em caso de reinfestações constatadas pela Fiscalização, o gestor ou fiscal técnico do contrato poderá notificar o contratado, preferencialmente por meio eletrônico, indicando os locais afetados que devem receber reforços de imunização.

5.4.1. Quaisquer custos adicionais decorrentes de reinfestações não farão jus a pagamentos extras ao contratado, visto que integram o preço do objeto contratado.

5.5. A prestação dos serviços compreenderá o emprego de mão de obra e quaisquer insumos, materiais ou equipamentos necessários à execução do objeto.

5.6. Ao final de cada aplicação, o contratado fornecerá Termo de Execução do Serviço e Certificado de Garantia para cada imóvel contemplado, como forma de comprovação da imunização efetuada, nos termos do art. 19 da Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 622, de 9 de março de 2022.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

5.7. O contratado tem a obrigação de executar o serviço em apenas uma aplicação, onde deverão ser utilizados produtos com alto poder de choque (extermínio) e poder residual (permanência do produto no local tratado por um período), utilizando equipamentos e profissionais em número suficiente para aplicação dos produtos sem interrupção na sua aplicação.

5.8. A prestação dos serviços deverá ocorrer em conformidade com os disposições da Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 622, de 9 de março de 2022.

5.9. Os serviços dos itens 1, 2, e 3 da tabela contida no subitem 1.2.1 deste Termo de Referência deverão ser executados de forma continuada, conforme dispõe a Seção III, art. 3º, inciso II, da Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 622, de 9 de março de 2022.

5.10. Os serviços dos itens 4, 5 e 6 da tabela contida no subitem 1.2.1 deste Termo de Referência deverão ser executados de forma eventual, mediante ordem de serviço emitida pelo Contratante.

5.11. O contratado deverá utilizar os métodos a seguir ou outros mais eficazes, sempre levando em consideração a questão ambiental, para combate de pragas urbanas (roedores, baratas, moscas, traças, percevejos, cupins, escorpiões formigas, larvas de mosquitos, etc.):

- a) Fog: nas áreas externas dos prédios e no interior da Seção de Almoxarifado;
- b) Spray: nos esgotos, caixas de gordura, ralos, frestas, cantos, canaletas e rodapés;
- c) Gel inseticida: em armários e gavetas e atrás de móveis e equipamentos, como máquinas, telefones, fax e computadores, etc.;
- d) Iscas peletizadas e parafinadas de pronto uso e pó de contato: para o combate dos roedores;
- e) Pulverizador e polvilhadeira (veneno em pó); nos jardins para combater formigas, cupins e larvas de mosquitos.

5.12. Os produtos deverão possuir, obrigatoriamente, as seguintes características:

- 5.12.1. Não produzirem manchas quando aplicados;

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

5.12.2. Antialérgicos;

5.12.3. Inodoros até 90 (noventa) dias da aplicação inicial;

5.12.4. Inofensivos à saúde humana;

5.12.5. Inofensivos a animais não classificados como pragas urbanas ou que não compõem o escopo deste Termo de Referência;

5.12.6. Inofensivos a plantas de jardins, gramados, canteiros, etc.;

5.12.7. Inofensivos a plantas e peixes dos espelhos d'água;

5.12.8. Integrarem a lista daqueles permitidos pela Portaria nº 10/85 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.

5.13. A desratização deverá ser realizada com emprego de raticida ou de produto tecnológico com aplicação em locais estratégicos, não acessíveis ao contato humano, devendo possuir eficácia certificada e método de eliminação por ressecamento e isento de odor.

5.14. Os produtos utilizados na desratização deverão possuir eficácia certificada, qualidade superior e licenciamento por entidade sanitária competente.

5.15. No serviço de descupinização o contratado deverá ser empregado cupinicida de qualidade superior e eficácia comprovada.

5.16. Na execução da retirada de caramujos africanos, deverá ser utilizados produtos, técnicas e equipamentos adequados, com observância aos normativos vigentes que alcançam esse serviço.

5.17. Ao final de prazo de vigência do contrato, será obrigatória entrega aos gestor do contrato dos mapas e relatórios de monitoramento, certificados e outros documentos afins, visando proporcionar a continuidade das condições de salubridade dos ambientes imunizados.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

Locais e horário da prestação dos serviços

5.18. Os serviços serão prestados nos imóveis em que o Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região desenvolve suas atividades, conforme tabela a seguir:

ITEM	IMÓVEL	ENDEREÇO	PAVIMENTOS	ÁREA DO TERRENO (m2)	ÁREA INTERNA (m2)	ÁREA DE PROJEÇÃO (m2)	ÁREA EXTERNA (m2)
1	SEDE JUDICIÁRIA	Rua Visconde de Porto Alegre, 1265, Praça 14 de Janeiro, Manaus/AM	1 subsolo, térreo e 8 pavimentos	1.867,00	9.702,33	997,79	869,21
	ANEXO ADMINISTRATIVO	Rua Tefê, 930, Praça 14 de Janeiro, Manaus/AM	Térreo e 3 pavimentos	1.587,00	3.458,40	940,00	647,00
	FORUM TRABALHISTA DE MANAUS	Rua Ferreira Pena, 546, Centro, Manaus/AM	2 subsolo, térreo e 9 pavimentos	3.290,53	25.935,28	1.628,93	515,78
	PRÉDIO ANEXO I	Rua Belém, 269, Nossa Senhora das Graças, Manaus/AM	3 subsolo, térreo e 1 pavimento	1.615,40	3.823,51	782,05	833,35
	CENTRO DE MEMORIA	Rua Barroso, 111, Centro, Manaus/AM	Prédio principal: térreo e 3 pavimentos; Anexo: térreo e 1 pavimento	803,51	1.711,37	572,00	231,51
	ÁREA TOTAL			9.163,44	44.630,89	4.920,77	3.096,85
ITEM	IMÓVEL	ENDEREÇO	PAVIMENTOS	ÁREA DO TERRENO (m2)	ÁREA INTERNA (m2)	ÁREA DE PROJEÇÃO (m2)	ÁREA EXTERNA (m2)
2	FÓRUM TRABALHISTA DE BOA VISTA/ RR	Av. Benjamin Constant, 1853, Boa Vista/RR	TÉRREO + 4 PAVIMENTOS	800,00	2.429,00	467,11	557,41
	GALPÃO ANEXO	Rua Dr. Araújo Filho, 287, Centro, Boa Vista/RR	-	-	220,00	-	-
	ÁREA TOTAL			800,00	2.649,00	467,11	557,41
ITEM	IMÓVEL	ENDEREÇO	PAVIMENTOS	ÁREA DO TERRENO (m2)	ÁREA INTERNA (m2)	ÁREA DE PROJEÇÃO (m2)	ÁREA EXTERNA (m2)
3	VARA DE MANACAPURU	Rua Carolina Fernandes, 382, Bairro Terra Preta, Manacapuru/AM	Térreo	612,00	208,26	228,00	384,00
	VARA DE TEFÊ	Rua Marechal Hermes, 615, Centro, Tefê/AM	Térreo + 1 pavimento	300,00	350,18	175,09	124,91
	VARA DE TABATINGA	Av. da Amizade, 1440, Centro, Tabatinga/AM	Térreo e 1 pavimento	696,16	452,56	390,00	306,16

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

	VARA DE ITACOATIARA	Av. Eduardo Ribeiro, 2046, Itacoatiara/AM	Térreo e 1 pavimento	633,02	390,62	325,57	307,45
	VARA DE EIRUNEPE	Av. Getúlio Vargas, 229, Eirunepé/AM	Térreo	483,00	195,64	195,64	287,36
	VARA DE HUMAITÁ	Rua S/1, 670, Centro, Humaitá/AM	Prédio principal: térreo; Anexo: térreo	935,00	302,17	302,17	632,83
	VARA DE PRESIDENTE FIGUEIREDO	Rua Manaus, lote 17B, Centro, Presidente Figueiredo/AM	Subsolo e térreo	740,34	718,84	229,50	368,00
	VARA DE LÁBREA	Travessa Padre Monteiro, 171, Centro, Lábrea/AM	Térreo	424,60	379,03	277,00	156,12
	VARA DE PARINTINS	Rua Boulevard, 14 de maio, 1652, Parintins/AM	Térreo	583,55	251,57	251,57	331,98
	VARA DE COARI	Rua 02 de dezembro, 348, Centro, Coari/AM	Térreo e 1 pavimento	851,89	455,00	467,25	384,64
	ÁREA TOTAL			6.259,56	3.703,87	2.841,79	3.283,45
ITEM	IMÓVEL	ENDEREÇO	PAVIMENTOS	ÁREA DO TERRENO (m2)	ÁREA INTERNA (m2)	ÁREA DE PROJEÇÃO (m2)	ÁREA EXTERNA (m2)
4	Obra de edificação da futura sede do Fórum Trabalhista de Manaus	Rua Jonathas Pedrosa esquina com a Rua Tefê, Manaus/AM	03 SUBSOLOS+ TÉRREO + 11 PAVIMENTOS	2.741,06	26.117,13	210,00	557,41
	Imóvel cedido ao TRT11 pela ANATEL	Av. Borba, 698 – Cachoeirinha, Manaus/AM	Térreo e 1 pavimento	2.300,00	1.717,00	1.031,00	1.269,00
	ÁREA TOTAL			5.041,06	27.834,13	1.241,00	1.826,41
ITEM	IMÓVEL	ENDEREÇO	PAVIMENTOS	ÁREA DO TERRENO (m2)	ÁREA INTERNA (m2)	ÁREA DE PROJEÇÃO (m2)	ÁREA EXTERNA (m2)
5	Obra de edificação da futura sede do Fórum Trabalhista de Manaus	Rua Jonathas Pedrosa esquina com a Rua Tefê, Manaus/AM	03 SUBSOLOS+ TÉRREO + 11 PAVIMENTOS	2.741,06	26.117,13	210,00	557,41
	Imóvel cedido ao TRT11 pela ANATEL	Av. Borba, 698 – Cachoeirinha, Manaus/AM	Térreo e 1 pavimento	2.300,00	1.717,00	1.031,00	1.269,00
	ÁREA TOTAL			5.041,06	27.834,13	1.241,00	1.826,41
ITEM	IMÓVEL	ENDEREÇO	PAVIMENTOS	ÁREA DO TERRENO (m2)	ÁREA INTERNA (m2)	ÁREA DE PROJEÇÃO (m2)	ÁREA EXTERNA (m2)
6	Obra de edificação da futura sede do Fórum Trabalhista de Manaus	Rua Jonathas Pedrosa esquina com a Rua Tefê, Manaus/AM	03 SUBSOLOS+ TÉRREO + 11 PAVIMENTOS	2.741,06	26.117,13	210,00	557,41
	Imóvel cedido ao TRT11 pela ANATEL	Av. Borba, 698 – Cachoeirinha, Manaus/AM	Térreo e 1 pavimento	2.300,00	1.717,00	1.031,00	1.269,00
	ÁREA TOTAL			5.041,06	27.834,13	1.241,00	1.826,41

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

5.19. A relação de imóveis discriminadas no subitem anterior corresponde à configuração imobiliária atual do Tribunal do Trabalho da 11ª Região, admitidas mudanças de sede sem alteração dos preços contratados desde que haja similaridade de dimensões, e permitidos acréscimos ou supressões com efeito correspondente nos preços contratados, observando-se, em qualquer caso, o limite prescrito no art. 125 da Lei 14.133/2021.

5.20. Os dias e horários para as aplicações serão estabelecidos conforme conveniência do Contratante.

5.20.1. Eventuais adiamentos ou cancelamentos serão comunicados ao contratado com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, preferencialmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A gestão e a fiscalização deverão ser exercidas por servidores formalmente designados para esse fim, consoante as disposições do art. 7 e art. 140 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em consonância com o que estabelece o Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

6.6.1. Deverão ser designados gestor, fiscal administrativo e fiscais técnicos ou setoriais, bem como seus respectivos substitutos.

Preposto:

6.7. O contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.8. O preposto deverá ser indicado por meio de carta de preposto ou declaração escrita, contendo dados de identificação tanto do contratado como do indicado para responder pela empresa, documento que deverá ser enviado, preferencialmente, por meio eletrônico no prazo de **10 (dez) dias subsequentes** a contar da data de assinatura do contrato.

6.9. A Contrada não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.10. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos designados formalmente para esse fim.

Fiscalização técnica ou setorial:

6.12. O fiscal técnico ou setorial do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

6.13. O fiscal técnico ou setorial dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto, utilizando-se do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.14. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.15. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico ou setorial do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.16. O fiscal técnico ou setorial do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.17. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico ou setorial do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.18. O fiscal técnico ou setorial do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.19. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada aplicação, em observância às disposições da seção deste Termo de Referência que trata do Instrumento de Medição de Resultados -IMR, o fiscal técnico ou setorial do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.20. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta,

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.21. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.22. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.22.1. Compete também ao fiscal administrativo do contrato avaliar a documentação apresentada pela empresa para fins de pagamento ou comprovação de conformidades contratuais e normativas.

6.23. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.24. Cabe ao gestor do contrato:

6.24.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.24.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.24.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.24.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.24.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.24.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.24.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

Medição:

7.1. A medição da execução do objeto se dará da seguinte forma:

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

7.1.1. Serviços descritos nos itens 1, 2 e 3 do objeto deste Termo de Referência, a cada aplicação de imunizantes realizada pelo contratado conforme descrito no item “Modelo de Execução do Objeto”;

7.1.2. Serviços descritos nos itens 4, 5 e 6 do objeto deste Termo de Referência, a cada ordem de serviço cumprida pelo contratado na forma discriminada no item “Modelo de Execução do Objeto”.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o contratado:

7.2.1. Não produzir os resultados acordados;

7.2.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

7.2.4. Deixar de cumprir demais obrigações assumidas com a assinatura do Termo de Contrato.

Instrumento de Medição de Resultados - IMR:

7.3 O desempenho e a qualidade dos serviços executados serão avaliados por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), nos termos delineados nos subitens seguintes.

7.3.1. A utilização deste modelo de IMR não impede a adoção concomitante de outros mecanismos de aferição.

7.4 O IMR vincula-se ao contrato de prestação dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas, com desinsetização, desratização, descupinização e eliminação de caramujos, integrando as especificações técnicas como obrigação e responsabilidade da Contratante, de forma a gerar relatórios que servirão de fator para o cálculo dos valores a serem lançados nas faturas de prestação dos serviços executados.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

7.5. As situações abrangidas pelo Instrumento de Medição de Resultados – IMR se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando o contratado das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.

7.6. A medição da qualidade dos serviços prestados pelo contratado será feita por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado.

7.7. O Fiscal Técnico ou Setorial do Contrato acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando perante o preposto indicado pelo contratado.

7.7.1. A comunicação entre gestor, fiscal e preposto deverá ocorrer preferencialmente por meio eletrônico.

7.8. Constatada alguma irregularidade, o Fiscal Técnico ou Setorial fará registro da ocorrência e notificará o preposto do contratado para que promova a solução do problema ou apresente esclarecimentos.

7.9. Compõem o IMR: a Planilha de Avaliação de Serviços, a Tabela de Pontos e a Tabela de Ajuste de Pagamentos:

PLANILHA DE AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS		
ITEM	DESCRIÇÃO	PONTOS
1	Os funcionários do contratado apresentam postura adequada, respeitando servidores, magistrados e demais usuários das dependências dos imóveis, inclusive outros profissionais da área de controle de pragas	
2	Os funcionários do contratado atuam uniformizados e portando identificação funcional	
3	Os funcionários do contratado utilizam os EPI's adequados (uniformes, luvas, calçados/botas, máscaras, óculos de proteção).	
4	Os materiais, produtos e/ou os equipamentos utilizados na prestação de serviço estão conforme especificação do edital/contrato (qualidade).	
5	Os dias e horários programados para execução do serviço foram cumpridos.	

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

6	O controle integrado de vetores e pragas urbanas, descrito nos itens 1, 2 e 3 do subitem 1.2.1 do Termo de Referência, foi executado de modo satisfatório, eliminando ou reduzindo infestações.	
7	O serviço de desinsetização, descrito no item 4 do subitem 1.2.1 do Termo de Referência, foi executado de modo satisfatório, eliminando ou reduzindo infestações	
8	O serviço de desratização, descrito no item 5 do subitem 1.2.1 do Termo de Referência, foi executado de modo satisfatório, eliminando ou reduzindo infestações	
9	O serviço de desratização, descrito no item 6 do subitem 1.2.1 do Termo de Referência, foi executado de modo satisfatório, eliminando ou reduzindo infestações	
TOTAL		

TABELA DE PONTOS	
PONTO	DESCRIÇÃO
1,00	Cumprido ou realizado de acordo com as especificações do Termo de Referência
0,75	Cumprido ou realizado parcialmente de acordo com as especificações do Termo de Referência
0,00	Descumprido ou não realizado de acordo com as especificações do Termo de Referência
n/a	Não se aplica, ou seja, sem obrigatoriedade de atendimento ou execução no período avaliado

TABELA DE AJUSTE DE PAGAMENTOS	
FAIXA	PAGAMENTO DEVIDO
$0,90 \leq x < 1,00$	100% da fatura
$0,75 \leq x < 0,90$	Percentual da fatura correspondente ao fator x
$0,75 > x$	Percentual da fatura correspondente ao fator x

7.10. A meta a ser cumprida pela Contratada deverá se enquadrar na faixa e 90% a 100% da Tabela de Ajuste de Pagamentos, em que fará jus ao pagamento integral dos serviços prestados.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

7.11. Em caso de não alcance da meta, o pagamento será calculado com base na faixa correspondente da Tabela de Ajuste de Pagamentos.

7.12. O **fator x** da Tabela de Ajuste de Pagamentos é obtido pela fórmula: $x = tp / qi$, em que:

- **x**: percentual de pagamento da fatura a que fará jus a empresa;
- **tp**: total dos pontos inseridos na Planilha de Avaliação de Serviços;
- **qi**: soma da quantidade de itens considerados da Planilha de Avaliação de Serviços, excluindo-se os itens não avaliados, ou seja, com a classificação “n/a” (não se aplica).

7.13. Após a aplicação dos produtos imunizantes, o fiscal técnico ou setorial preencherá uma única Planilha de Avaliação de Serviços com os pontos apurados no período, observando a Tabela de Pontos.

7.13.1. Em caso de aplicação de pontos diferentes pelos fiscais setoriais a algum item da Planilha de Avaliação de Serviços, o ponto definitivo será obtido com o cálculo da média dos pontos escolhidos da Tabela de Pontos.

7.14. Em seguida, o Fiscal Técnico ou Setorial encaminhará a Planilha de Avaliação de Serviços ao Gestor, acompanhada das cópias das notificações referidas no subitem 7.8, quando por escrito, ou de relatórios detalhados.

7.15. Tendo recebido a Planilha de Avaliação de Serviços, o Gestor comunicará a Contratada, enviando-lhe, quando for o caso, cópia da Planilha de Avaliação de Serviços e das notificações atinentes encaminhadas pelo Fiscal Técnico ou Setorial.

Recebimento:

7.16. Os serviços serão recebidos, provisoriamente, pelos fiscais técnicos (ou setoriais) e administrativo, observado o resultado da apuração do Instrumento de Medição de Resultados – IMR, delineado nos subitens 7.3 a 7.15, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

7.17. O fiscal técnico ou setorial do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico, observando também o regramento do Instrumento de Medição de Resultados – IMR, delineado nos subitens 7.3 a 7.15.

7.18. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.19. O prazo para recebimento provisório será de 3 (três) dias úteis, contado do dia **1º dia útil após a prestação dos serviços.**

7.20. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento os seguintes eventos:

7.20.1. A data de aplicação dos imunizantes, em se tratando dos serviços descritos nos itens 1,2 e 3 da tabela contida no subitem 1.2.1 deste Termo de Referência;

7.20.2. A data de cumprimento da ordem de serviço, no caso dos itens serviços descritos nos itens 4, 5 e 6 da tabela contida no subitem 1.2.1 deste Termo de Referência.

7.21. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.22. A Contratada fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.23. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

7.24. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.25. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, os relatórios circunstanciados deverão conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.26. Os serviços serão recebidos definitivamente pelo gestor do contrato no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após verificação da qualidade e quantidade do serviço, obedecendo aos seguintes procedimentos:

7.26.1. Emitir o Termo de Recebimento de Definitivo, conforme modelo constante do Anexo II deste Termo de Referência, com base nos relatórios detalhados e demais documentos encaminhados pela fiscalização;

7.26.2. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização, considerada também a aferição obtida no Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

7.27. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.28. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.29. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

Cadastro e Utilização do SIGEO-JT:

7.30. A fim de permitir a liquidação e o pagamento, a Contratada deverá, obrigatoriamente, realizar o cadastro no site do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho – SIGEO-JT, módulo Execução Financeira, em observância às disposições da Resolução nº 245, de 23 de agosto de 2019, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT.

7.30.1. O cadastro deverá ser efetuado por meio do link <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo>, seguindo as etapas descritas no Anexo IV deste Termo de Referência;

7.30.2. Por ocasião do pagamento, a Contratada deverá enviar, obrigatoriamente, a nota fiscal e certidões negativas, se for o caso, por meio do SIGEO-JT, seguindo as orientações contidas no Anexo IV deste Termo de Referência.

Liquidação

7.31. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.32. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.33. Quando da formalização do pagamento, a Contratada deverá realizar os seguintes procedimentos:

7.33.1. Emitir a nota fiscal após a comunicação do Gestor do Contrato referida no subitem 7.26 deste Termo de Referência;

7.33.2. Inserir a nota fiscal no site do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - SIGEO-JT, módulo de execução financeira, seguindo as orientações contidas no Anexo IV deste Termo de Referência

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

7.33.3. Encaminhar ao Gestor do Contrato, preferencialmente por meio eletrônico, a nota fiscal, certidões negativas e documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações determinadas neste Termo de Referência e na legislação pertinente.

7.34. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.35. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.36. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.37. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.37.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.37.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

7.38. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.39. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.40. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

7.41. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Periodicidade de pagamento

7.42. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

7.42.1. Bimestralmente ou quando da efetiva aplicação dos imunizantes, em se tratando do item 1 da tabela do subitem 1.2.1 deste Termo de Referência;

7.42.2. Trimestralmente ou quando da efetiva aplicação dos imunizantes, no caso dos subitens 2 e 3 do subitem 1.2.1 deste Termo de Referência;

7.42.3. A cada aplicação de imunizantes determinada pela ordem de serviço correspondente, em se tratando dos itens 4, 5 e 6 do subitem 1.2.1 deste Termo de Referência;

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

7.43. No caso dos itens 1, 2 e 3, **excepcionalmente**, poderão haver pagamentos parciais e proporcionais aos serviços executados, desde que ultrapassado o mês previsto no cronograma para a aplicação dos imunizantes e desde que a causa do atraso seja de exclusiva responsabilidade do Contrante.

7.43.1. Nessa hipótese, o proporcional a se pago será obtido com a divisão do valor correspondente do item pela quantidade de imóveis abarcados por aquele item.

Prazo de pagamento

7.44. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.45. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.46. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

7.47. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.48. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.48.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

7.49. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.50. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado;

7.50.1. O orçamento estimado resultará do procedimento de consulta de preços sob responsabilidade da Seção de Compras do TRT11, juntada ao Processo Administrativo correspondente.

7.51. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.52. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.53. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.54. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.55. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

7.56. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.57. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

8.1. Comete infração, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Ato TRT 11ª Região 106/2025/SGP, de 6 de outubro de 2025, a Contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. À Contratada que incorrer nas infrações acima descritas serão aplicadas as seguintes sanções, observadas as disposições do Ato TRT 11ª Região 106/2025/SGP, de 6 de outubro de 2025:

8.2.1 **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. **Impedimento de licitar e contratar com a União**, quando praticadas as condutas descritas

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, com as seguintes modulações:

8.2.2.1. À infração da alínea “b”, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos;

8.2.2.2. À infração da alínea “c”, de 1 (um) a 3 (três) anos;

8.2.2.3. À infração da alínea “d”, de 3 (três) meses a 18 (dezoito) meses.

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública pelo período de 3 (três) a 6(seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. **Moratória**, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias.

8.2.4.2. **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) POR OCORRÊNCIA injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. **Compensatória**, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. **Compensatória**, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 3% (três por

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. **Compensatória**, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 3% (três por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. **Compensatória**, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da sanção será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua notificação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada por meio de guia de recolhimento da União, descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. Excepcionalmente, desde que justificado pelo gestor do contrato, o valor da multa presumida poderá ser retido do pagamento devido à Contratada, de forma cautelar, até o limite de 60 (sessenta) dias, nos termos do art. 8º do Ato TRT 11ª Região 106/2025/SGP, de 6 de outubro de 2025.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se os procedimentos previstos no Ato TRT 11ª Região 106/2025/SGP, de 6 de outubro de 2025.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Tribunal e seus usuários;

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

8.9.6. o custo e benefício da instrução do processo em relação à sanção aplicada;

8.9.7. a possível vantagem auferida em virtude da infração; e

8.9.8. os antecedentes da contratada.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO:

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução:

9.2. Na presente contratação, serão adotados os seguintes regimes de execução:

9.2.1. Itens 1, 2 e 3 do objeto deste Termo de Referência: empreitada por preço global:

9.2.2. Itens 4, 5 e 6 do objeto deste Termo de Referência: empreitada por preço unitário.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

Critérios de aceitabilidade de preços:

9.3. Os preços propostos pelas licitantes deverão ser compatíveis com os valores praticados no mercado, exequíveis e condizentes com a natureza e complexidade dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas a serem executados nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

9.4. Serão consideradas aceitáveis as propostas que apresentarem valores globais e unitários iguais ou inferiores aos preços de referência definidos pela Administração, observada a vantajosidade da contratação. Propostas com preços manifestamente superiores ao valor de referência poderão ser desclassificadas por falta de economicidade.

Exigências de habilitação:

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica:

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira:

9.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, comprovando índices de de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

9.24. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica:

9.28. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, devendo, para tanto, preencher e apresentar o formulário intitulado “Declaração de Pleno Conhecimento” constante do Anexo I deste Termo de Referência ou documento similar com o mesmo teor e contendo os mesmos dados.

Qualificação Técnico-Operacional:

9.29. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, quando for o caso;

9.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.29.1.1. Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 2 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

9.30. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.31. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

9.32. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.33. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.35. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação:

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas:

9.39. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.39.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.39.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.39.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.39.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.39.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.39.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- g) última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA:

- 10.1. Executar os serviços em conformidade com as condições e especificações deste Termo de Referência, com as disposições do Edital e com os termos de sua proposta.
- 10.2. Cumprir todas as obrigações previstas neste Termo de Referência, bem como demais as obrigações legais assumidas em decorrência da assinatura do contrato.
- 10.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.
- 10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à Contratada o valor correspondente aos danos sofridos.
- 10.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 10.6. Os empregados da empresa, quando adentrarem as dependências do contratante, devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá.
- 10.7. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas do Contratante.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

10.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.12. Adotar medidas de proteção e segurança para evitar acidentes, devendo emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) junto ao INSS com observância da legislação que rege a matéria.

10.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante de acordo o disposto neste Termo de Referência.

10.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.15. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

10.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.17. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência, apresentando as justificativas técnicas pertinentes.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

10.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

10.19. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequados, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

10.20. Fornecer ao Contratante, quando lhe for solicitado, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito), prorrogável a critério do gestor, de quaisquer dos documentos comprobatórios de obrigações assumidas em decorrência da contratação, sobretudo aqueles descritos neste Termo de Referência, observados os prazos e limites legais.

10.21. Responsabilizar-se pelas despesas com tributos, encargos fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, insumos, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10.22. Fornecer e utilizar todos os equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC), ferramentas e utensílios, indispensáveis à execução dos serviços, sem qualquer ônus, obedecendo à Norma Regulamentadora nº 6 do Ministério do Trabalho e às recomendações pertinentes.

10.23. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica.

10.24. Executar os serviços de acordo com as recomendações técnicas das normas da ABNT e, se for o caso, a “boa técnica” tradicionalmente usada.

10.25. Fornecer com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas a relação nominal dos funcionários que adentrarão as dependências do Tribunal para a execução do serviço.

10.26. Manter-se, durante a vigência do contrato, em conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 622, de 9 de março de 2022, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente e à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

10.27. Aplicar produtos devidamente aprovados pela ANVISA.

10.28. Fornecer todos os materiais/produtos e equipamentos necessários à execução dos serviços, os quais, além de obedecerem às exigências recomendadas neste Termo de Referência, devem ser de qualidade e devidamente licenciados pela entidade sanitária competente, sob pena de impugnação pela fiscalização.

11. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

11.1. O custo da contratação, estimado em **R\$ 100.437,08**, obtido conforme metodologia discriminada em item próprio do Estudo Técnico Preliminar, destinou-se, exclusivamente, ao enquadramento prévio do Termo de Referência à modalidade pregão ou à dispensa de licitação.

11.2. O custo estimado definitivo, para fins de licitação, advirá de consulta de preços sob responsabilidade da Seção de Compras do TRT11, a constar nos autos do processo administrativo próprio.

12. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. No presente exercício financeiro, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

12.2.1. Gestão/Unidade: 15112 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO;

12.2.2. Fonte de Recursos: 1000000000;

12.2.3. Programa de Trabalho: 02.122.0033.4256.6019;

12.2.4. Elemento de Despesa: 339039.

12.2.5. Item SIGEO-JT: 151122026000121 - FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL A

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

TODAS AS UNIDADES DO TRT11.

12.3. No exercício subsequente, as despesas com o futuro contrato serão custeadas por item específico contido na Proposta Orçamentária 2027.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Manaus, 13 de abril de 2026.

Assinado eletronicamente
JURANDIR DA CONCEIÇÃO SANTOS FILHO
Integrante demandante

Assinado eletronicamente
JOCELIN LIMA DE OLIVEIRA
Integrante técnico

Assinado eletronicamente
SILVIO MONTEIRO DE MORAES
Integrante administrativa

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO

Declaro, para fim de participação no Pregão Eletrônico/2021 do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, que a empresa (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o número (número do CNPJ), sediada em (endereço completo), por intermédio do Sr.(a) (nome do representante), infrassinado, inscrito no CPF sob o número (número do CPF), possui pleno conhecimento das condições, especificações e peculiaridades necessárias para execução dos serviços, assumindo total responsabilidade por este fato, e que não se utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças de qualquer natureza.

(Local), (data).

CPF:

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

ANEXO II

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Declaro o recebimento definitivo, nos termos da alínea *b* do inciso I do art. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dos serviços prestados e obrigações contratuais cumpridas pela empresa..., assumidos em decorrência do Contrato Administrativo nº ..., conforme relatórios de recebimento detalhados encaminhados pela Fiscalização e Planilha de Avaliação de Serviços preenchida pela Fiscalização Técnica (ou Setorial).

Assinatura do Gestor do Contrato

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

ANEXO III

ORDEM DE SERVIÇO Nº.../....

Contrato Administrativo nº...

Imóvel / Prédio:

Serviço: ...

Item do Termo de Referência: ...

Autorizo a empresa..., CNPJ..., a executar, no(s) dia(s), o serviço de..., no prédio do Tribunal do Trabalho da 11ª Região localizado na Rua..., devendo responsabilizar-se pelos recursos necessários para esse fim, com observância às obrigações contidas no Termo de Referência nº... parte integrante do Contrato Administrativo nº..., e com obediência às disposições previstas em leis e normativos pertinentes.

Após a execução do serviço, a contratada deverá apresentar Termo de Execução do Serviço e Certificado de Garantia nos termos do art. 19 da Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 622, de 9 de março de 2022.

(nome)
Gestor do Contrato

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

ANEXO IV

UTILIZAÇÃO DO SIGEO-JT: PASSO A PASSO

REALIZAR O PRÉ-CADASTRO DO FORNECEDOR OU PRESTADOR

1. Acessar o link <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo>;
2. Acessar “Usuário Externo”;
3. Clique em “FORNECEDORES, COLABORADORES e CREDENCIADOS SAÚDE”;
4. Marque se a empresa é pessoa física ou jurídica;
5. Preencha o CNPJ, e-mail de contato da empresa, criar uma senha (com 8 caracteres – mínimo 1 letra maiúscula, uma minúscula e um número);
6. Clique em “**finalizar**”.

O sistema enviará um e-mail de confirmação. A empresa deverá validá-lo em até 24h, abrindo o e-mail e clicando em confirmar. (**OBS.:** Caso ocorra algum erro nesse pré-cadastro, basta aguardar 24h para realizar um novo pré-cadastro).

Após o pré-cadastro, o usuário será redirecionado ao SIGEO para a ativação do sistema. Neste novo acesso, deverá informar o solicitado. Por exemplo:

1. CPF de quem está cadastrando;
2. Informar se a empresa é optante do Simples;
3. Indicar se é contribuinte da contribuição previdenciária sobre a receita bruta;
4. Escolher entre as opções a “**informação sobre isenção e imunidade**”;
5. Informar as inscrições estaduais e municipais;
6. Preencher o campo endereço;
7. Informar os dados bancários da empresa.
8. Inserir as certidões CND, CNDT, FGTS, Estadual e Municipal, conforme descrito abaixo.

CADASTRAR NOTA FISCAL

9. O primeiro passo é transformar a nota fiscal em PDF/A (ver procedimento acima)
10. Feito isso, clica em “**fornecedor**”;
11. Clique em “**documentos fiscais**”;
12. Clique no + (adicionar documento fiscal);
13. Clique o tipo de Nota (Nfe, NFSe, NFS, etc) a ser inserida;
14. Preenche o número de série (se não tiver nº de série, coloca 0-zero), nº da nota fiscal, valor

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

- e data da emissão;
15. Anexe o arquivo XML e o PDF-A
 16. Clique em “**confirmar**”.
 17. **ATENÇÃO.**: Se for nota fiscal eletrônica, basta clicar para inserir o arquivo XML, que o sistema completa o resto.

ATENÇÃO!

As certidões deverão ser inseridas no formato PDF-A.

Após a juntada das certidões no sistema, o servidor do TRT as validará.

Abaixo, segue o link para o cadastro e o manual indicando o passo a passo.

Acesso externo para os fornecedores – link: <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo>

Manual de acesso ao sistema externo – link: <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>

ANEXAR UMA CERTIDÃO

18. Entre nos sites dos emissores da certidão;
19. Salve a certidão;
20. Entre no SIGEO.

ATENÇÃO: Primeiro deve transformar a certidão de PDF para PDF/A, para isso:

21. Clique em “**Ferramentas**”;
22. Clique em “**Conversor de PDF/A**”;
23. Clique no quadrado no canto superior direito (na linha em que está escrito Arquivo PDF*) para baixar o arquivo PDF;
24. Procure o arquivo que deseja converter;
25. Clique em “**Converter**”;
26. Clique no nome do documento para salvar;

Após, deve localizar onde salvou o arquivo em PDF/A para colocá-lo dentro do SIGEO, para tanto:

27. Clique em “**Fornecedor**”;
28. Localize sua empresa;
29. Clique no quadrado “**certidões**”
30. Clique em + (**adicionar certidão**);
31. Digite o código de controle (geralmente é o número da certidão) que há na certidão e a data de validade;

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2025/TRT11/COMANP
Serviço de controle de vetores e pragas urbanas

32. Clique em arquivo PDF e baixe a certidão PDF/A;

33. Clique em “**confirmar**”.

34.ATENÇÃO: No caso da certidão CNDT basta clicar no +, que a certidão será baixada automaticamente.

OBS.: A empresa deverá marcar os Tribunais ao qual tem contrato vigente. **Exemplo:** se tem contrato apenas com o TRT-11, só deve marcar esse Tribunal. Se tem contrato com os TRT-10, TRT-18 e TRT-20, deve marcar apenas esses três Tribunais.

Ao final, a pessoa marca que **CONCORDA COM OS TERMOS DE USO**.

O acesso sempre se dará clicando em “**fornecedores, colaboradores, credenciados saúde**”



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026
(PROAD n.º 2761/2026)**

ANEXO IV

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026/TRT11

LUCIA
REGINA
EHM DE SA
PEIXOTO
21/05/2026 12:58

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

Processo Administrativo **PROAD nº2761/2026**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026, QUE
FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª
REGIÃO E A EMPRESA _____

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO**, com sede na Rua Visconde de Porto Alegre, n.1265, Bairro Praça 14 de Janeiro, na cidade de Manaus/AM, CEP: 69.020-130, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 01.671.187/0001-18, neste ato representado(a) pelo(a) *[cargo e nome]*, nomeado(a) pela Portaria nº *XX*, de *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, publicada no *DOU* de *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, portador da Matrícula Funcional nº *[nº matrícula]*, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) *[CONTRATADO]*, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº *[CNPJ]*, sediado(a) na *[endereço]*, na cidade de *[cidade]/[UF]*, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por *[nome e função no CONTRATADO]*, conforme *[atos constitutivos da empresa]* **OU** *[procuração apresentada nos autos]*, tendo em vista o que consta no **Processo PROAD nº2761/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº ____/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de prestação de serviços continuados de controle integrado vetores e pragas e urbanos, incluindo desinsetização, desratização, descupinização e remoção de caramujos africanos, em regime de execução indireta, sem exclusividade de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	Unid.	Qtda.	Frequência	Valor (R\$/m²/Aplicação)	Valor Total (R\$)
	Prestação do serviço objeto da contratação nas áreas internas e externas de 6 (seis) unidades localizadas na cidade de Manaus/AM – Prédio da Sede Judiciária ,					





TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026/TRT11

1	prédio Anexo Administrativo, prédio Anexo I, prédio do Centro de Memória/CEMEJ e Fórum Trabalhista de Manaus/FTM.	m²	47.727,74	6 aplicações por ano (bimestral)		
2	Prestação do serviço objeto da contratação nas áreas internas e externas das 2 (duas) unidades localizadas na cidade de Boa Vista/RR – Prédio do Fórum Trabalhista de Boa Vista e Galpão do Depósito Anexo	m²	3.206,41	4 aplicações por ano (trimestral)		
3	Prestação do serviço objeto da contratação nas áreas internas e externas das 10 (dez) Varas do Trabalho localizadas nos municípios de Manacapuru/AM, Tefé/AM, Parintins /AM, Tabatinga/AM, Itacoatiara/AM, Humaitá/AM, Eirunepé/AM, Coari/AM, Lábrea/AM e Presidente Figueiredo/AM.	m²	6.987,32	4 aplicações por ano (trimestral)		
4	Serviço de desinsetização , com execução sob demanda nas áreas internas e externas de 2 (duas) unidades localizadas em Manaus/AM: Obra de edificação da futura sede do Fórum Trabalhista de Manaus e prédio anexo da Cachoeirinha	m²	29.660,54	Sob demanda		
5	Serviço de desratização , com execução sob demanda nas áreas internas e externas de 2 (duas) unidades localizadas em Manaus/AM: Obra de edificação da futura sede do Fórum Trabalhista de Manaus e prédio anexo da Cachoeirinha	m²	29.660,54	Sob demanda		
6	Serviço de descupinização , com execução sob demanda nas áreas internas e externas de 2 (duas) unidades localizadas em Manaus/AM: Obra de edificação da futura sede do Fórum Trabalhista de Manaus e prédio anexo da Cachoeirinha	m²	29.660,54	Sob demanda		
Total da Contratação						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.





TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026/TRT11

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a)[indicar o termo inicial da vigência], prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.





TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026/TRT11

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor estimado anual da contratação é de R\$xxxxxxx (xxxxxxxxxx), conforme tabela descrito no item 1.2 da cláusula primeira.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas nos itens 7.50 a 7.57 do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE, além das previstas no Termo de Referência:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;





TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026/TRT11

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de *30 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 dias;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9. São obrigações do Contratante

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;





TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026/TRT11

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

8.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;





TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026/TRT11

- 9.13.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17.** Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19.** Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20.** Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21.** Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23.** Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24.** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25.** Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.





TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026/TRT11

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.





TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026/TRT11

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no item 8 do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL





TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026/TRT11

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na





TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026/TRT11

fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/unidade: [...];
Fonte de recursos: [...];
Programa de trabalho: [...];
Elemento de despesa: [...]; e
Plano interno: [...]; e
Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.





TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026/TRT11

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da cidade de Manaus-AM, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato vai eletronicamente assinado pelos contraentes, depois de lido e achado em ordem, e por duas testemunhas, considerando-se efetivamente formalizado a partir da data da última assinatura.

Manaus, data da última assinatura digital.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

